

Revogação da reforma trabalhista?

» JOSÉ PASTORE

Professor da Universidade de São Paulo e presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Fecomercio-SP. É membro da Academia Paulista de Letras

Vejo que os dirigentes do PT querem revogar a reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017) para seguir o recente exemplo da Espanha. O argumento apresentado é que a reforma brasileira não gerou empregos e precarizou as condições de trabalho ao retirar direitos dos trabalhadores.

Quanto à primeira objeção, lei nenhuma tem força para criar empregos. Se assim fosse, não haveria desemprego no mundo, pois, nos primeiros dias de mandato, os governantes aprovaram uma lei acabando com o desemprego. Impossível. Emprego e demais condições de trabalho dependem de investimentos e de crescimento econômico. O emprego de hoje é o resultado do investimento de ontem.

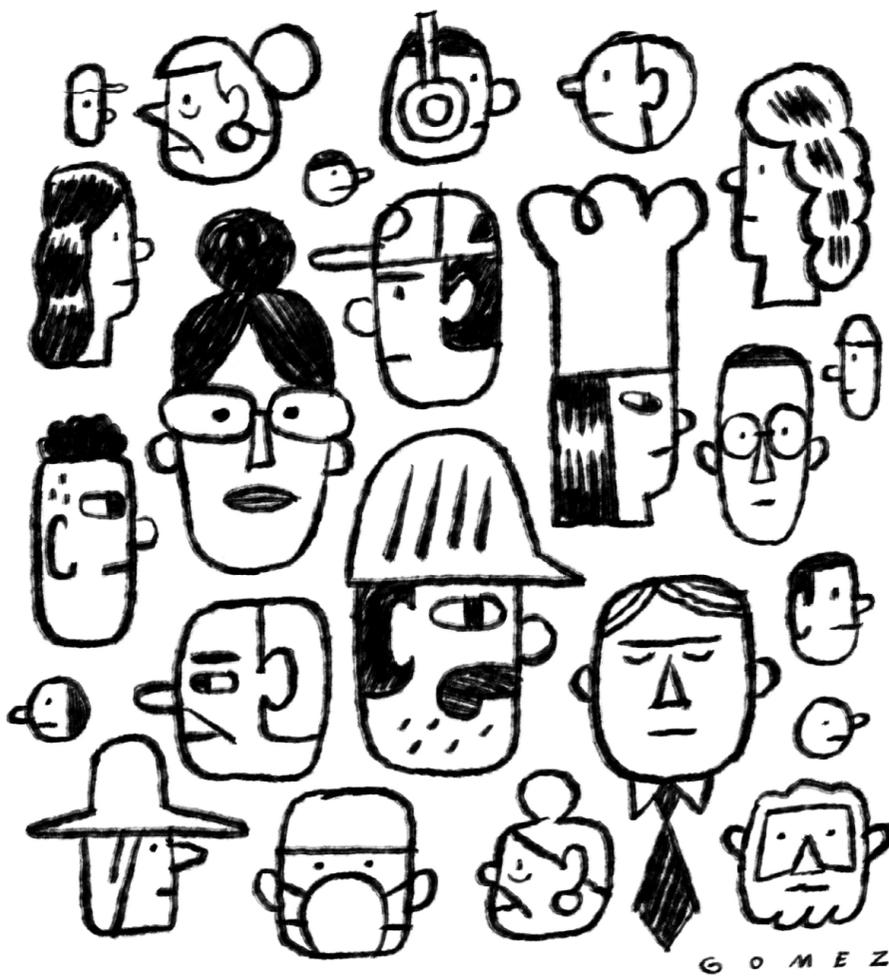
Quanto ao segundo argumento, é bom lembrar que a Lei 13.467/2017 não retirou um só direito constante da Constituição Federal. Ao contrário, a lei criou direitos para proteger os trabalhadores. Por exemplo, na terceirização, a empresa contratante passou a ser obrigada a prover alimentação, transporte, ambulatório, treinamento aos empregados da empresa contratada — nada mais justo. Essas proteções não existiam antes da reforma.

Da mesma forma, cito a liberdade que a reforma deu para empregados e empregadores, de comum acordo, dividirem as férias em três períodos. Lembro ainda a rescisão do contrato de trabalho por comum acordo entre empregado e empregador e a liberdade para os empregados continuarem na empresa fora do expediente para preparar trabalhos escolares, aguardar a hora da faculdade ou de buscar os filhos na escola. Um rosário de exemplos poderia ser citado, se houvesse mais espaço.

A reforma trabalhista foi aprovada em julho de 2017. Naquela época, ninguém suspeitava que, de repente, milhões de pessoas teriam de trabalhar em casa, como hoje ocorre com o home office. Isso foi regulamentado pela reforma trabalhista. O mesmo ocorreu com o trabalho intermitente, o tempo parcial, a jornada de 12 x 36 e várias outras — protegidas com todos os direitos da CLT e da Constituição Federal. Nada disso dava segurança jurídica para empregados e empregadores antes da Lei nº 13.467/2017.

Ao estabelecer que, em relação a direitos específicos (não todos), o negociado prevalece sobre o legislado, a reforma respeitou a vontade das partes. Isso vingou. Muitos direitos vêm sendo criados por negociação. Cada vez mais, os sindicatos laborais se engajam nas negociações, e a criatividade tem sido imensa.

O grito de liberdade mais importante, sem dúvida, foi o da transformação da contribuição sindical de obrigatória em voluntária. A obrigatoriedade não tinha mais lugar em uma sociedade democrática. Empregados e empregadores eram obrigados a pagar



sem serem associados ou conhecerem os diretores dos sindicatos. Para os sindicalistas era muito cômodo receber uma bolada de dinheiro todos os anos e gastar como queriam. Será isso que vem movendo os sindicalistas a propor a revogação da reforma trabalhista?

Na Espanha, o enredo é outro. Depois da forte recessão de 2008/2009, o país reduziu a proteção das inúmeras formas de contratação — por hora, por tarefa, por período. Bem diferente é o caso do Brasil. Entre nós, todas as modalidades de trabalho criadas pela reforma trabalhista garantem as proteções da CLT e da Constituição Federal.

Os analistas do mercado de trabalho da Espanha citam que os sindicalistas, os membros do

Partido Socialista e os grupos empresariais que propuseram a nova reforma se esqueceram de avaliar o que deu e o que não deu certo nas reformas de 2010 e 2012. Mas, a reforma foi aprovada por decreto e, por isso, terá de ser avaliada, discutida e aprovada pelo Parlamento Espanhol, quando a referida avaliação poderá ser feita. Convém esperar.

Para propor a revogação da reforma trabalhista brasileira, da mesma forma, convém examinar os seus pontos positivos e negativos com todos os dados sobre a mesa. O assunto requer muito cuidado. Antes de jogar fora a água do banho, convém assegurar que a criança não vá junto.

Em defesa do Cave

» RÊNIO QUINTAS
Maestro e pianista,
é presidente do Conselho Regional
de Cultura do Guará

Uma grande injustiça está sendo cometida pelo Governo do Distrito Federal contra nossa cidade, o Guará, que desrespeita o passado, abala o presente e compromete o futuro da nossa juventude e, por extensão, de todos os 140 mil moradores que aqui habitam. Estou me referindo à Parceria Público Privada do Centro Administrativo de Vivência Esporte, Lazer e Cultura (Cave), nosso tesouro, situado no coração da nossa cidade, instruída pelo Processo nº 22.851/2019 do Tribunal de Contas do DF (TCDF).

Que interesses atende uma iniciativa que retira do domínio público um dos maiores teatros de arena da América Latina, um ginásio coberto, um estádio de futebol com capacidade para 20 mil torcedores, uma pista de skate, uma excelente pista de bicicross, um centro de convivência para idosos, quadras de tênis e campos com escolinhas de futebol em plena atividade — frise-se — por que são mantidos pelos próprios usuários, sem que nenhum diálogo fosse proposto com a comunidade?

Nessa licitação estão sendo postos à venda, por preço irrisório, 378.700 metros quadrados de uma área nobre, altamente demandada pela população, que se vê sujeita a um projeto sem diálogo com a população, sem diálogo com o Conselho Regional de Cultura, o que afronta a Lei Orgânica do DF no artigo 250 — “É vedada a extinção de qualquer espaço cultural público sem a criação de novo espaço equivalente, ouvida a comunidade local por intermédio do respectivo Conselho Regional de Cultura” e a Lei Orgânica de Cultura — LC 934/2017 no artigo 18 em seu inciso VI — “definir conjuntamente normas e critérios para destinação, uso e administração dos espaços culturais e artísticos mantidos, direta ou indiretamente, pelo Governo do Distrito Federal”.

Em 13 de dezembro de 2019, foi realizada, para cumprir tabela, digase de passagem, um arremedo de audiência pública, uma mera formalidade, sem a devida oitiva da população, sem que fosse proposta sequer a formação de uma comissão de acompanhamento ou grupo de trabalho, formado pelo Conselho de Cultura e pela comunidade.

Desde que esse projeto começou a tramitar, em 2016, a Administração do Guará deixou de fazer a manutenção dos equipamentos culturais, esportivos e de lazer, permitindo a severa deterioração de alguns equipamentos mais sensíveis, em uma inaceitável omissão.

Fomos surpreendidos, no apagar das luzes de 2021, pela autorização, dada pelo Tribunal de Contas do DF (TCDF), para que fosse dada continuidade à licitação, ignorando completamente nossas ponderações sobre o gravame à legislação vigente, o que provocou que o Conselho Regional de Cultura do Guará fizesse uma representação ao Ministério Público Federal e Territórios (MPDFT), para que apure a flagrante ilegalidade presente nesse certame e acate nossa denúncia.

A comunidade do Guará é contrária a essa licitação, e iremos até as últimas instâncias judiciais para não permitir essa injustiça. Para torná-la definitivamente mais clara, tomamos conhecimento do investimento direto de recursos do GDF no TaguaPark, da ordem de R\$ 15 milhões, que recebemos com muita alegria, pela devida manutenção e proteção de um equipamento público, cultural esportivo de lazer, mas com muita frustração e tristeza diante da diferença de tratamento às duas cidades. É uma injustiça inaceitável com o Guará, nossa cidadania e, por extensão, nossa população.

Suspendam a licitação do Cave e invistam na qualidade de vida de nossa cidade. Somos 103 mil eleitores, cidadãos na plenitude de nossos direitos. Respeitem o Guará, respeitem nossa população. Convocamos a população do Guará ao Ato em Defesa do Cave, amanhã (14/1), a partir das 9h, no calçadão em frente à Casa da Cultura, onde colheremos assinaturas no *Livro de Ouro em Defesa do Cave*, que vai percorrer os pontos-chave da cidade nas próximas semanas.

Desenvolvimento ou morte

» JOSÉ LUIS OREIRO

Professor do Departamento de Economia da UnB e do Programa de Doutorado em Desenvolvimento Econômico da Universidade do País Basco (Bilbao, Espanha)

Em 7 de setembro de 2022, o Brasil vai completar 200 anos da sua independência. Durante 200 anos, a civilização brasileira obteve notáveis avanços. Em primeiro lugar, ao contrário do ocorrido com as ex-colônias da Espanha, o país não só manteve sua integridade territorial como ainda acrescentou novos territórios aos que pertenciam originalmente a Portugal. Em segundo lugar, depois de um processo lento e penoso, o Brasil se livrou do flagelo da escravidão, vergonha perante o mundo civilizado e uma das causas do atraso econômico com respeito a outros países da América Latina no século 19. Esse atraso continuou após a Proclamação da República, a qual nada mais foi do que um acordo entre as elites latifundiárias para se manterem no poder, obtendo os privilégios de sempre.

Foi apenas com a Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, que o Brasil começou a sua revolução industrial. Entre 1930 e 1980 a economia brasileira cresceu a taxas médias de mais de 7% ao ano, por intermédio de um processo de industrialização liderada pelo Estado. No final da década de 1970, o Brasil possuía o maior e mais sofisticado parque industrial do mundo em desenvolvimento e sua produção industrial era superior à produção combinada de China, Índia e Coreia do Sul.

A crise da dívida externa no início dos anos 1980 combinada com a alta inflação interrompeu a bem-sucedida trajetória de desenvolvimento econômico do Brasil até então. A

redemocratização, a renegociação da dívida externa com o plano Brady e o fim da alta inflação com o Plano Real não foram capazes de devolver o dinamismo da economia brasileira. Com efeito, o país encontra-se semiestagnado há 40 anos, apresentando uma taxa média de crescimento de 2,88% entre 1980 e 2014, ano em que se inicia a grande recessão (2014-2016).

Passada a grande recessão, a taxa média de crescimento da economia brasileira se reduziu para uma média de 1,5% no período 2017-2019. Embora o PIB deva apresentar crescimento de 4,5% em 2021, devido em larga medida ao efeito do carregamento estatístico de 2020, as projeções para 2022 apontam para avanço em torno de 0,5%, índice inferior ao crescimento da população brasileira. Nesse ritmo, levará ainda alguns anos para que o Brasil consiga recuperar o PIB de 2013. Em suma, nos últimos 10 anos, o Brasil passou da semiestagnação para o empobrecimento em termos absolutos.

A primeira pergunta que temos que fazer é: o que deu errado com o Brasil? Minha reflexão sobre o tema me leva a concluir que o Brasil cometeu dois erros estratégicos nos últimos 50 anos. O primeiro foi aprofundar o processo de substituição de importações nos anos 1970 com o II Plano Nacional de Desenvolvimento ao invés de adotar um modelo de promoção de exportações de produtos manufaturados, como foi o caso dos países do sudeste asiático. A indústria é o motor do crescimento econômico, mas, para que o desenvolvimento industrial

possa ocorrer, é necessário obter economias de escala, as quais só podem ser obtidas na magnitude necessária com o aumento da participação das exportações brasileiras de manufaturados nas exportações mundiais desses produtos.

O segundo erro foi promover a abertura financeira da economia brasileira no início dos anos 1990, o que permitiu ao Brasil financiar déficits em conta corrente com a entrada de capitais especulativos provenientes dos países desenvolvidos. Essa abertura propiciou a adoção do modelo de “crescimento com poupança externa”, o qual levou o país a cair na armadilha do câmbio sobrevalorizado — juros elevados durante o período 1994-2019. A lógica do modelo de crescimento com poupança externa se baseia na hipótese (equivocada) de que países como o Brasil precisam atrair poupança externa para aumentar o investimento e assim elevar o potencial de crescimento. O que o caso brasileiro mostrou foi que a poupança externa, atraída pela taxa de juros elevada, gerou sobrevalorização cambial e, com ela, redução na poupança doméstica. Em outras palavras, poupança externa e poupança doméstica são substitutos, não complementares. O câmbio sobrevalorizado, por sua vez, foi uma das principais causas da desindustrialização prematura da economia brasileira.

Para retomar o desenvolvimento é necessária a reindustrialização do Brasil. Sem isso, nosso país estará condenado a cair na armadilha da pobreza. Desenvolvimento ou morte.